



Os movimentos sociambientais e a crise socioambiental: o meio ambiente como dimensão sociopolítica e socioeducativa

Social and environmental movements and the socioenvironmental crisis: the environment as a socio-political and socio-educational dimension

Luan Gomes dos Santos de Oliveira¹, Aline Carla de Medeiros², Aldeone Pereira Silva³ Fernanda Fernandes Barbosa⁴ e Patricio Borges Maracaja⁵

RESUMO: A emergência da questão ambiental no cenário global e local mobilizou a organização de movimentos sociais que reivindicavam por melhorias de condições de vida no planeta. Na área ambiental irão se destacar o movimento ecológico e o movimento ambientalista, mais conhecido como ambientalismo. Este texto objetiva compreender a ação ambientalista no contexto da questão ambiental situado no capitalismo. Por fim, entendeu-se que vivemos num cenário de colapso ambiental que requer repensarmos novas vias para um outro mundo possível livre de opressão e de dominação do homem sobre a natureza.

PALAVRAS-CHAVE: Questão socioambiental, Colapso ambiental, Movimento ambientalista.

ABSTRACT: The emergence of the environmental issue in the global and local scenario mobilized the organization of social movements that claimed for improvements in living conditions on the planet. In the environmental area, the ecological movement and the environmental movement, better known as environmentalism, will be highlighted. This text aims to understand the environmentalist action in the context of the environmental issue situated in capitalism. Finally, it was understood that we live in a scenario of environmental collapse that requires rethinking new avenues for another possible world free from oppression and domination of man over nature.

KEY-WORDS: Socio-environmental issue, environmental collapse, environmental movement.

Recebido em 22/08/2019 aceito em 18/10/2019

¹Sociólogo-Antropólogo, Assistente Social, M. Sc. em Desenvolvimento e Meio Ambiente e D. Sc. em Educação pela UFRN, . CCJS/UFCG – Campus de Sousa – PB. Email: luangomessantos@terra.com.br

² Prof. M. Sc. em Sistemas Agroindustriais pela PPGSA/UFCG/CCTA – Pombal - PB e Doutoranda em Engenharia de Processos pelo CCTA-UFCG – Campina Grande – PB – Licenciada em Biologia E-mail: alinecarla.edu@gmail.com;

³Prof. da FAFIC - Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Cajazeiras, M. Sc. em Sistemas Agroindustriais pela PPGSA/UFCG/CCTA – Pombal - PB. Graduada em Serviço Social e Direito - E-mail: nandafernandesrn@hotmail.com

⁴Prof. da FAFIC - Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Cajazeiras, M. Sc. em Sistemas Agroindustriais pela PPGSA/UFCG/CCTA – Pombal. Graduado em Filosofia e Teologia e Direito - E-mail aldeonesocial2026@gmail.com

⁵Prof. Visitante do CCJS/UFCG – Campus de Sousa – PB D. Sc. em Agronomia pela UCO – Universidade de Córdoba – Espanha – Graduado em Agronomia e Licenciado em Teologia - E-mail: patriciomaracaja@gmail.com

INTRODUÇÃO

Para Lago (1985) a diferença entre os ambientalistas e os ecologistas concerne no motivo de sua organização política. Para ele, os ecologistas se organizam em torno da questão ecológica, que envolve a luta pela conservação da natureza, assim como reforçam a natureza como elemento separado do homem. O ambientalismo surge como uma resposta ao agravamento da crise ambiental, impulsionada pelo avanço do capitalismo, para Lima (2005): O resgate do ambientalismo, como resposta e ação coletiva a uma crise socialmente reconhecida e de amplas conseqüências para a sociedade mundial, compõe o terceiro passo da compreensão aqui proposta para a questão ambiental. Nesse sentido, por compreendermos que a questão ambiental é uma expressão da relação sociedade/natureza, consideramos pertinente destacar a importância do ambientalismo, como um caminho para a construção de uma Educação Ambiental crítica e transformadora.

Para tanto, deve-se atentar que os estudos de pesquisadoras recentes como Carvalho e Sato (2005), apontam para uma alternância que iguala os ambientalistas aos ecologistas, a qual será considerada neste trabalho, pois com a intertransdisciplinaridade a questão socioambiental não passará mais a ser um campo de pesquisa característico da biologia, mas de uma gama de profissionais pertencentes a diversas áreas do saber, e interessados no campo ambiental.

No Brasil e na América Latina os movimentos ecológicos ou ambientais surgem por volta dos anos de 1970 em meio a um contexto marcado pela luta por democracia, pois o nosso país neste período vivia a Ditadura Militar, momento em que a repressão política era o lema do Brasil. Para Carvalho (2006, p.49):

Ainda que as primeiras lutas ecológicas no Brasil datem dos anos 70, é principalmente nos anos 80, no contexto do processo de redemocratização e abertura política, que entram em cena os novos movimentos sociais, entre eles o ecologismo, com as características contestatórias e libertárias e da contracultura.

Os movimentos socioambientais ou ecológicos lutam por uma nova ordem societária para além dos grilhões da lógica capitalista. Para Carvalho (2008, p.49-50):

[...] ao despontar, nos anos 70, o movimento ecológico brasileiro nasce em uma sociedade que, por um lado, está inserida em um contexto internacional e tenta responder às políticas desenvolvimentistas aí definidas, mas, por outro, internamente vive sob os traumas da censura e da repressão política do período.

No cenário brasileiro o movimento ecológico é resultado do encontro de dois contextos socioculturais, o contexto internacional do ecologismo norte-americano e europeu, e o contexto nacional marcado por um ecologismo vinculado a cultura política e dos movimentos sociais do país. Nos anos 1980 e 1990 a questão ambiental no Brasil é inserida na agenda política de outros movimentos sociais, tornando-se uma questão global. Como explica Carvalho (2008, p. 50)

[...] o movimento ecológico brasileiro compartilha do caráter internacionalizado da luta ambiental. Talvez o melhor exemplo de luta social local que adquiriu dimensões ecológicas e se transformou em causa apoiada internacionalmente foi a dos seringueiros da Amazônia, sob a liderança de Chico Mendes. O que torna isso possível é o fato de a percepção da crise ambiental como questão social ocorrer em uma conjuntura de globalização. O famoso lema ecológico "Agir local, pensar global" já expressa a compreensão de que as realidades locais são profundamente afetadas por ações, decisões e políticas definidas internacionalmente.

Logo, o movimento ambientalista é considerado um movimento social. Para Scherer-Warren (1999) citado por Loureiro et al (2006, p.79) considera que “os movimentos sociais constituem ações coletivas reativas e propositivas que ocorrem sob a forma de três modalidades não excludentes: (1) denúncia, protesto e conflito; (2) cooperação, parceria e solidariedade; e (3) construção de utopias societária ou civilizacional”.

Assim, a crise ambiental não trata de um mero esgotamento dos recursos naturais, mas sobretudo das relações sociais humanas. Vale salientar que o debate que é gestado em torno da crise socioambiental tem proporcionado aos estudiosos de diversas áreas proporem sugestões para a sua ruptura. Entretanto, muitos pesquisadores tem reduzido a questão ambiental, destituindo a complexidade que lhe é pertinente. Leff (1999, p.112) alerta-nos:

[as rupturas desta crise] questionam os paradigmas do conhecimento, bem como os modelos societários da modernidade, defendendo a necessidade de construir outra racionalidade social, orientada por novos valores e saberes; por modos de produção sustentados em bases ecológicas e significados culturais; por novas formas de organização democrática.

O modelo de racionalidade proposto por Leff (1999) é de suma relevância para a formação de um saber ambiental que aponte para novas formas de se relacionar com a natureza. No entanto, a racionalidade ambiental defendida por Leff ora se descontextualiza, fragmentando-se em várias racionalidades, o que acaba corroborando com a conservação da corrente positivista.

Gonzaga (2008, p.38) também tece considerações sobre a crise ambiental e revela:

[...] Tanto no campo do debate popular dos leigos como nas discussões acadêmicas dos especialistas discutem-se, cotidianamente, os sintomas da crise. Uma das questões sintomáticas mais expressivas da atual crise é, sem dúvida, a alteração climática global.

Sem dúvida, a alteração climática foi uma expressão de maior visibilidade da crise ecológica-ambiental, e que na atualidade tem se agravado, mas as hecatombes ecológicas fazem parte do ciclo de vida que participa a natureza e a humanidade. Entretanto, a crise socioambiental configura-se como uma crise da cultura, ou uma crise de civilização, onde os valores humanos a cada dia que passa cai no desuso. Isto repercute na forma como nos relacionamos na contemporaneidade. Segundo Sábato (s/d, p. 36):

A vida dos homens centrava-se em valores espirituais hoje quase em desuso, como a dignidade, o desinteresse, o estoicismo do ser humano perante a adversidade. Esses grandes valores, como a honestidade, a honra, o apreço pelas coisas bem feitas, o respeito pelo outro, nada disso era excepcional, mas coisas que se encontravam na maioria das pessoas.

Por outro lado, Leff (2001, p.41) defende que “a crise ambiental veio questionar a racionalidade e os paradigmas teóricos que impulsionaram e legitimaram o crescimento econômico, negando a natureza. Logo, a crise ambiental que é destacada neste trabalho é peculiar as ações humanas, sendo necessária para a revisão dos nossos pensamentos e ações para além da mercantilização da natureza.

Como contraponto a essas questões, acirra-se o debate político e teórico para a necessidade da (re) valorização da natureza e internalizar a dimensão socioambiental ao sistema econômico. Santos (1995) advoga que “de todos os problemas enfrentados pelo sistema mundial, a degradação ambiental é talvez o mais intrinsecamente transnacional.”

Por sua vez Capra (1996) ao falar da crise ecológica apresenta como um marco na história da sociedade humana, pois revela a necessidade urgente de revermos os nossos valores e as nossas atitudes, para ele tal crise é antrópica. Em consonância a isso, Carvalho (2008) chama a atenção para o surgimento de um sujeito ecológico, o qual nascerá em meio as contradições da realidade social, firmados em um projeto ético e político de transformação societária.

A história da educação ambiental no Brasil: caminhando pela via da educação ambiental popular.

A melhor estação da Educação Ambiental é a poesia. Michéle Sato

Haja hoje para tanto ontem.

Paulo Leminski

A Educação Ambiental configurou-se como um movimento político reivindicatório em favor de uma maior publicização da questão socioambiental, o que temos visto acontecer com mais frequência na nossa realidade. Nos últimos anos ela tem sido difundida tanto no âmbito governamental, o que para muitos autores da área legitima o discurso conservador de uma educação ambiental de caráter neoliberal, como pelos movimentos sociais e de educação popular, assumindo uma postura de contra-hegemonia.

A temática da Educação Ambiental tem mobilizado pesquisadores de diferentes áreas de formação e também não profissionais que se preocupam com a vida futura do planeta. Dessa forma, vale salientar que há várias identidades da Educação Ambiental no Brasil. Sendo assim, é necessário apresentá-las em conjunto com os seus representantes que expressam seus posicionamentos político-pedagógicos.

Dentre as várias nomenclaturas que constituem o campo de construção do saber ambiental na Educação, estão: a Alfabetização Ecológica, que tem como expoente o Físico Fritjof Capra, baseando-se na Ecologia Profunda, marcando a necessidade da criação de novos valores pautados no modo de vida ecossistêmico; a Ecopedagogia, disseminada nos estudos de Maria Rita Avanzi, tenta compreender a realidade pelas vias da Educação Popular, assim como busca realizar um diálogo entre a teoria da complexidade, a teoria crítica e a pedagogia freireana; Educação Ambiental crítica, Transformadora ou emancipatória com desdobramento para a Educação no Processo de Gestão Ambiental, representada pelos seguintes pesquisadores: Frederico Loureiro, Philipe Pomier Layrargues, Mauro Guimarães, Isabel Carvalho, José Quintas e Izabel Zaneti. Trata-se de um saber educativo fundado na teoria crítica, visando a transformação da realidade social; Educação Popular Ambiental, baseada no pensamento de Paulo Freire, sendo discutida principalmente por João Figueiredo; e a Educação Ambiental Pós-moderna, pautada na valorização extrema da subjetividade no saber ambiental, como uma forma de autotransformação, defendida por Michéle Sato.

Daí poderíamos nos perguntar por que há tantos endereçamentos aplicados a Educação Ambiental? Muitos pesquisadores vêm

questionando esses vários endereçamentos, pois acabam caindo na armadilha do pensamento cartesiano, de disjunção dos saberes. Entretanto, para Carvalho (2008, p. 16):

Podemos pensar estes atributos da educação como marcas, desejos socialmente compartilhados, portanto, não apenas individuais, que determinados sujeitos sociais querem inscrever na ação educativa, qualificando-a dentro de um certo universo de crenças e valores, endereçando a educação. Estas marcas inscrevem algo que não estava desde sempre aí, na educação tomada no seu sentido mais genérico. Deixam aparecer algo novo, uma diferença, uma nova maneira de dizer, interpretar e validar um fazer educativo que não estava dado na grande narrativa da educação. Trata-se, assim, de destacar uma dimensão, ênfase ou qualidade que, embora possa ser pertinente aos princípios gerais da educação, permanecia subsumida, diluída, invisibilizada, ou mesmo negada por outras narrativas ou versões predominantes.

A criação de um Programa Internacional de Educação Ambiental (PIEA) em 1972 recomendado pela Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, Estocolmo, provocou a realização do Seminário de Educação Ambiental Internacional em Belgrado, em 1975. A partir deste evento a Educação Ambiental tornou-se uma área de estudos consolidada a nível internacional e abrangeu os aspectos sociopolíticos e culturais além de promover o exercício da ética ambiental.

Ao refletirmos sobre este caso, entendemos que o processo histórico da educação ambiental é pautado na mudança de valores e comportamentos humanos. Entretanto alertamos para que esta mudança não seja limitada às relações com o meio natural, mas que perpassasse as relações sociais. Além disto, é importante que nós saibamos nos relacionar com o outro, este outro por

meio da linguagem construção do nosso eu. Como Freire (1983) apud Figueiredo (2003, p.31) nos diz:

O ser humano como um ser de relações plurais, capaz de, na organização reflexiva do pensamento, renunciar à condição de simples objeto, exigindo o que por vocação é: sujeito. Para isto precisa desvelar o mundo de opressão mediante um caminho (método) dialógico, por isso ativo e crítico.

Em 1977, ocorreu em Tbilisi a Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental, evento de alta relevância, porque discutiu acerca dos aspectos socioeconômicos e culturais, dando ênfase também a dimensão ética. Além disso, nessa conferência propunha-se a necessidade da articulação entre meio ambiente natural e ambiência humana. Percebemos que neste momento a Educação Ambiental é revestida pela visão holística buscando ser vista em sua totalidade.

Em 1992, estava acontecendo a Rio92, marco histórico para o meio ambiente, neste mesmo período realizava-se em paralelo a Rio92, a Jornada Internacional de Educação Ambiental, onde nela foi produzido o documento Tratado de Educação Ambiental para as Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, estabelecendo uma concordata para a sociedade civil de todo o Planeta.

Os três importantes eventos que envolvem a história da Educação Ambiental, o de Tbilisi (1977), o Clube de Roma (1968) e o do Rio de Janeiro (1992), todos apontam para a Educação Ambiental inserida em uma dinâmica relacional e complexa. Enfatizam o holismo, que segundo Oliveira (2007), a percepção holística pretende dar conta da visão multifacetada da realidade, que é própria de tudo que envolve a relação ecologia-meio ambiente. Posto isso, verificamos que a Educação Ambiental se emancipa com a visão holística, contornando o conhecimento científico. Oliveira (2003, p. 78) explica:

A Educação Ambiental Holística deve prover ao organismo total da epistemologia ambiental o projeto visionário que conglome as variáveis da problemática ambiental numa perspectiva totalizante,

dinamizando relações entre todas as correntes, para produzir, em qualquer contexto, a síntese de seus elementos.

Para Carvalho (2008) a Educação Ambiental tem se constituído em uma epistemologia do saber ambiental, a qual em seu interior passa por diversos diálogos e questionamentos, essenciais para a reformulação dos seus fundamentos. No nosso país ela surge da preocupação com o futuro da vida no planeta e com a expectativa de vida das gerações futuras. Tal pressuposto que a funda é premissa do Desenvolvimento Sustentável, já abordado neste trabalho.

A Educação Ambiental no Brasil é herdeira dos movimentos sociais que eclodiram na década de 1960 e 1970 fruto do agravamento da crise do capitalismo que tem sua raiz no período colonial, tendo seu caminho se enveredado em diversas formas de entender a realidade socioambiental, bem como, contribuir com a edificação de novas maneiras de relacionar-se com o meio ambiente, e promovido a sua elevação enquanto política pública na década de 1990.

Deste modo, a Educação Ambiental passa a integrar as ações do governo, o que implica no interesse de manutenção do *status quo*. Cravalho (2008, p.52), “No Brasil, a EA aparece na legislação desde 1973, como atribuição da primeira Secretaria Especial do Meio Ambiente(Sema).”

A realização de eventos internacionais contribuiu para alguns pesquisadores brasileiros se voltarem para a realidade local para compreender as peculiaridades histórico-sociais do Brasil. É a partir da década de 1980 e 1990 que há um avanço do nível de consciência ambiental, porém não podemos deixar de ressaltar que isto tem implicações políticas e econômicas. O mercado global e nacional se apropriara da questão ecológica, tornando o meio ambiente moda, ou somente uma área profissional lucrativa.

Neste caso, corroboramos com Guimarães (2006) estamos presos em uma armadilha paradigmática, a qual está também a Educação Ambiental, pois, ora reproduz a ordem social vigente. Assim, precisamos trabalhar com a perspectiva da cultura, com o princípio da unidade na diversidade, todos nós poluímos em graus diferentes, mas existem casos em que preferimos culpar o outro do que tomar uma iniciativa por mais pequena que seja.

Em 1999 foi aprovada a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) pela lei 9.795. Este acontecimento foi de suma importância porque legitimou a Educação Ambiental como um componente necessário para a formulação de

políticas públicas na área ambiental. Neste documento lei, a educação é compreendida conforme:

Os processos por meio dos quais os indivíduos e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade. (Lei 9.795 de 27/04/1999)

A elaboração desta lei é fruto de uma organização política de ambientalistas e a tentaram implementar em 1997, sendo que a mesma por motivações políticas só fora aprovada em 1999. Inicialmente a Educação Ambiental vai ser direcionada para o campo escolar com ações muito pontuadas. Para Layrargues (2003) a Educação Ambiental em seus primeiros passos carecia de caráter mais político, de reivindicação, mas suas ações eram orientadas pela esfera governamental, o que tendenciava a sua efetivação.

Isto resultou na formação de redes socioambientais, as quais reuniram profissionais de diversas áreas em torno de princípios políticos e sociais. Sendo assim, foi criada a Rede Brasileira de Educação Ambiental (REBEA) presidida atualmente pela Prof^a Michéle Sato da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT), uma das principais ativistas na defesa intransigente da ética ambiental. Porém Leff (2002, p.116-117) revoga: “Ainda que se tenha dado um desenvolvimento do saber ambiental em várias temáticas das ciências naturais e sociais, estes conhecimentos não se incorporaram plenamente aos conteúdos curriculares de novos programas educativos”.

Em 2002, a PNEA foi regulamentada pelo Decreto Lei 4.281 tornando-se um campo de atuação de diversos setores da sociedade civil, assim como consolidada como um espaço para a formação da epistemologia ambiental. A EA vai passar a se configurar como uma problemática interdisciplinar, havendo até disputas entre as correntes teóricas, para prover soluções para a questão socioambiental.

A educação ambiental requer a construção de novos objetos interdisciplinares de estudo

através da problematização dos paradigmas dominantes, da formação dos docentes e da incorporação do saber ambiental emergente em novos programas curriculares” (LEFF,2001, p. 115).

No Brasil, a Educação Ambiental está sendo orientada pelo Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis, elaborado na Rio92, prima pela construção de intervenções socioambientais, planejadas de forma interdisciplinar, visando a construção coletiva de saberes que expressam as experiências de profissionais e não-profissionais, pois com este tratado houve a inserção de comunidade locais, movimentos sociais e associações de catadores de materiais recicláveis.

Guimarães (2006) adverte que muitas das discussões sobre a Educação Ambiental são realizadas com caráter de informação, com o objetivo de expor somente a superficialidade dos problemas ambientais da contemporaneidade. A Educação Ambiental deve ser crítica, capaz de aparelhar formações de educadores críticos que apostem em um mundo mais fraterno e solidário para além das lutas de classes, rumo a construção de uma utopia que ultrapassa o progresso econômico positivista e fincada na efetivação dos direitos humanos.

A formação de um campo epistemológico da Educação Ambiental é resultante do incansável debate e experiências de pesquisadores, educadores. Deste modo, frente a crise da racionalidade científica, temos como objetivo trabalhar com a perspectiva da Educação Ambiental Popular, que tem como principal aporte teórico a perspectiva freireana, pelo fato de encontrarmos nela, tanto uma interpretação crítica da realidade, como o resgate do sentido das experiências da vida dos sujeitos envolvidos com a pesquisa, e por apostar no diálogo entre a epistemologia e os saberes populares.

A dialógica na educação ambiental é de suma importância, pois lhe confere caráter crítico e reflexivo, provocador de mudanças na consciência humana. cremos que a partir da educação ambiental dialógica respaldada em Freire poderemos construir uma educação que de fato liberte e que revolucione mentes e corações. Como nos afirma Freire apud Figueiredo (2003, p.30), o diálogo constitui a própria intersubjetividade humana, sendo esta relacional e consubstanciadora da democracia, da alteridade, no afeto, na fé, na humildade de saber-se inacabado e histórico.

Percebemos que há uma mudança de paradigma em relação à educação ambiental que deixa de ser uma simples discussão acadêmica, instituição detentora do saber científico, passando a se configurar como uma educação de cunho popular transformadora, isto é, pautada na eco-práxis..

Figueiredo (2003) sonham com a transformação científica crítica a partir do amor na educação, tendo em vista que as emoções ainda são vistas como obstáculos ao avanço da ciência tradicional. Perdeu-se a dimensão subjetiva do sujeito e frequentemente esqueceu-se esse sujeito como construtor de sua história.

Corroboramos com Maturana (1998) que a razão em si não caracteriza o ser humano, pois ela está vinculada diretamente à emoção, o pensar e o sentir, é a unidade na diversidade, podendo então contribuir com a formação de uma Ecologia Humana, para além do antropocentrismo, ou seja, constituindo uma relação amorosa entre a humanidade e a natureza.

Aliado a educação ambiental dialógica está a ecopráxis, a qual instaura um novo modo de pensar-agir, fundamentado na práxis freiriana e na perspectiva Eco-Relacional de Figueiredo (2003). Consiste em uma práxis transformadora e crítica que leva em conta as relações entre a natureza e a sociedade, pautada no respeito mútuo e tratando a natureza como um componente humano. Portanto o ser humano pensa sobre si mesmo e age sobre si mesmo quando degrada a natureza. Como nos diz Figueiredo (2003, p. 71)

A ecopráxis dialógica inicia-se com o Diálogo, elemento indispensável e mobilizador de todo o processo educativo. Em seguida, objetiva-se a expectativa de cada participante do processo que visa a constituir uma teia representacional – nela, situações-problemas locais são codificadas por meio de múltiplas linguagens, tais como as músicas, imagens e/ou depoimentos, enfocando tensões do cotidiano.

Nesse sentido, Figueiredo (2003) inaugura no campo da ciência e da ecologia humana um novo olhar fecundo que tem na sua gênese o pensamento freireano, que aposta na Educação crítica e dialógica. Com isso, deveríamos nos voltar com atenção para a produção do conhecimento, sendo este acessado por uma

minoridade, que muitas vezes se envaidece por deter algum saber e fazer dele um elemento de ascensão econômica e não de transformação societária.

A educação ambiental popular (EPA) toma como referência o pensamento crítico do educador Paulo Freire e emergiu na década de 1960 como resposta a desvalorização dos saberes populares por parte da academia e centrou-se no conhecimento e na formação para o cuidado da natureza e busca ver de forma integrada as relações sociedade/natureza.

A EPA posiciona-se criticamente ao atual modelo de desenvolvimento, fundado no neoliberalismo. Entretanto, valoriza a perspectiva de resgatar o sentido do momento vivido dos sujeitos que fazem a história. Ela defende a práxis como ponto de partida para a emancipação humana dos atores sociais.

Aqui, a EPA contribuirá contundentemente para captar os discursos dos catadores associados da Associação Comunitária Reciclando para a Vida (ACREVI) um grupo social que tem realizado um trabalho de coleta seletiva na cidade de Mossoró/RN. Além disso, objetivamos entender as suas compreensões a respeito da Educação Ambiental, e de que maneira ela pode torná-los agentes de educação ambiental.

Vale atentar que a opção por caminhar pelas vias da Educação Popular Ambiental, faz com que nós compreendamos que por meio das concepções de Educação Ambiental dos associados da ACREVI, poderemos compreender a partir do diálogo as nossas próprias concepções, uma vez que este estudo não trata-se de um monólogo, ou somente um estudo para cumprir uma formalidade acadêmica. Foram construídas relações de confiança com o ambiente de pesquisa, uma relação não só de troca de experiências, mas de olhares ansiosos pela aprendizagem coletiva, proporcionada pelo diálogo amoroso.

Dessa maneira foram sendo incorporadas experiências de educação popular e desenvolvimento a um novo paradigma das relações sociedade-natureza, que se expressaria com maior força a partir da década de 1990, quando foi assumido o ambientalismo político como referente geral para experiências de educação popular ambiental. (LEFF, 2001, p.251).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concordamos que a ecopráxis é necessária a efetivação da educação ambiental como um elemento vivificador, que reconhece a necessidade da formação de uma ecologia humana

libertada do pensamento ortodoxo e hegemônico que se gestam nas correntes teóricas científicas. A educação ambiental deve estar situada no plano da libertação dos corpos e mentes, se configurando como um instrumento político, democrático e relacional, capaz de promover a união da humanidade, isto de forma integrada, humanidade-natureza.

Desse modo, a ação ambientalista se manifesta no cenário local e global contra ao ideário neoliberal que sustenta o modo de produção capitalista, bem como denuncia a crise socioambiental que assusta a vida contemporânea no planeta. Como questão política mais ampla e menos ingênua, o reconhecimento da crise ambiental, como também dos limites ecológicos ao crescimento econômico apresentou-se mundialmente a partir da década de 1960 e foi difundida, principalmente, pela Conferência das nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, em Estocolmo, no ano de 1972. A questão ambiental entra na pauta dos movimentos sociais na contemporaneidade e requer estudos e pesquisas para enfrentar os desafios que são impostos aos direitos socioambientais.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Lei n. 9. 795 de 27 de abril de 1999.** Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Ministério do Meio Ambiente. Consultoria Jurídica. In: Legislação Ambiental Básica. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, UNESCO, 2008. p. 199-202.
- CARVALHO, I.C.M.C. **Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico.** 3 ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- CARVALHO, I.C.M.C. **A questão ambiental e a emergência de um campo de ação político-pedagógica.** In: LOUREIRO, C.F.B.; LAYRARGUES, P.P.; CASTRO, R.S. (orgs). Sociedade e Meio Ambiente: a educação ambiental em debate. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2006. p.54-65.
- COMISSÃO Mundial Sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento – CMMAD. **Nosso Futuro comum.** Tradução de “Our Common future”. 2 ed. Rio de Janeiro, RJ: Fundação Getúlio Vargas, 1991.
- FERREIRA, L.C. **Ideias para uma Sociologia da Questão Ambiental no Brasil.** São Paulo: Annablume, 2006.
- FIGUEIREDO, J.B.A. **Educação Ambiental dialógica e representações sociais da água em cultura sertaneja nordestina: uma contribuição à consciência ambiental em Irauçuba – CE** **Rev. Bras. de Gest. Amb. (RBGA)** Pombal, PB – Brasil 13(03) 45-52, com
- (Brasil). São Carlos-SP: UFSCar, 2003. Tese (Doutorado em Educação Ambiental).
- FOLADORI, G. **O Capitalismo e a crise ambiental.** Raízes, ano XVIII, Nº 19. Curitiba, 1999.
- GUIMARÃES, M. **Armadilha paradigmática na educação ambiental.** In: LOUREIRO, C.F.B. et al. Pensamento Complexo, dialética e educação ambiental. São Paulo: Cortez, 2006.
- LAYRARGUES, P. **O cinismo da reciclagem: o significado ideológico da lata de alumínio e suas implicações para a educação ambiental.** In: LOUREIRO, C.F.B. et al. Educação Ambiental: repensando o espaço da cidadania. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- LAGO, A.; PÁDUA, J.A. **O que é Ecologia.** São Paulo: Brasiliense, 1985.
- LEFF, E. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade.** Trad. de Lúcia Mathilde Endlich Orth. 5. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.
- LIMA, G.F.C. **Formação e dinâmica do campo da Educação Ambiental no Brasil: emergência, identidades, desafios.** Campinas(SP): UEC, 2005. (Tese de Doutorado em Ciências Sociais).
- LOUREIRO, C.F. **Teoria Social e Questão Ambiental: pressupostos para uma práxis crítica em Educação Ambiental.** In: LOUREIRO, C.F.B.; LAYRARGUES, P.P.; CASTRO, R.S. (orgs). Sociedade e Meio Ambiente: a educação ambiental em debate. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2006. p. 07-51.
- MORIN, E. **Terra-Pátria.** Lisboa: Instituto Piaget, 2001.
- SAUVÉ, L. **Cartografias da Educação Ambiental.** In: SATO, M.; CARVALHO, I.(Org.). Pesquisa em Educação Ambiental. São Paulo: Rima, 2005.
- SOFFIATI, A. **Fundamentos filosóficos e históricos para o exercício da ecocidadania e da ecoeducação.** In: LOUREIRO, C.F.B.; LAYRARGUES, P.P.; CASTRO, R.S. (Org.). Educação Ambiental: repensando o espaço da cidadania. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- ZANETI, I. **Educação Ambiental, Resíduos Sólidos Urbanos e Sustentabilidade: Um estudo de caso sobre o sistema de gestão de Porto Alegre-RS.** Brasília: UnB, 2003. (Tese de Doutorado em Desenvolvimento Sustentável).